

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITARIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME I

XLIII

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. Eurípedes Simões de Paula.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

O TRABALHO RURAL NO SUDOESTE GOIANO.

(Contribuição ao estudo sócio-econômico de três municípios) (*).

MARIA SÔNIA FRANÇA E SOUZA

do Departamento de História da Faculdade de Filosofia de Goiás (Católica) e do Departamento de Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás.

I. — APRESENTAÇÃO.

Há regiões que se têm beneficiado com o grande número de pesquisas nas mais diversas áreas do conhecimento humano. O Nordeste, por exemplo, apresenta elevada soma de obras científicas e ensaios, pois sua grande tensão social, seus problemas heterogêneos e um rico passado histórico atraem os cientistas.

Entendemos que os trabalhos científicos que não transformam a maneira de pensar, pelo menos devem trazer consigo o propósito de informar ou de comunicar uma realidade. E', pois, com este propósito que apresentamos esta modesta pesquisa, cujo objetivo é informar a situação do trabalhador rural no Sudoeste goiano, salientando, no momento atual, seu nível de vida, suas aspirações, seu modo de produção e seu baixo nível educacional.

Fica aqui também a honesta intenção de que sejam desenvolvidos estudos profundos de seu passado, uma vez que, para conhecer o passado, é necessário conhecer o presente e estar engajado nele. E como conhecer o passado, senão buscando sentir o palpitar de sua pulsação sócio-econômica?

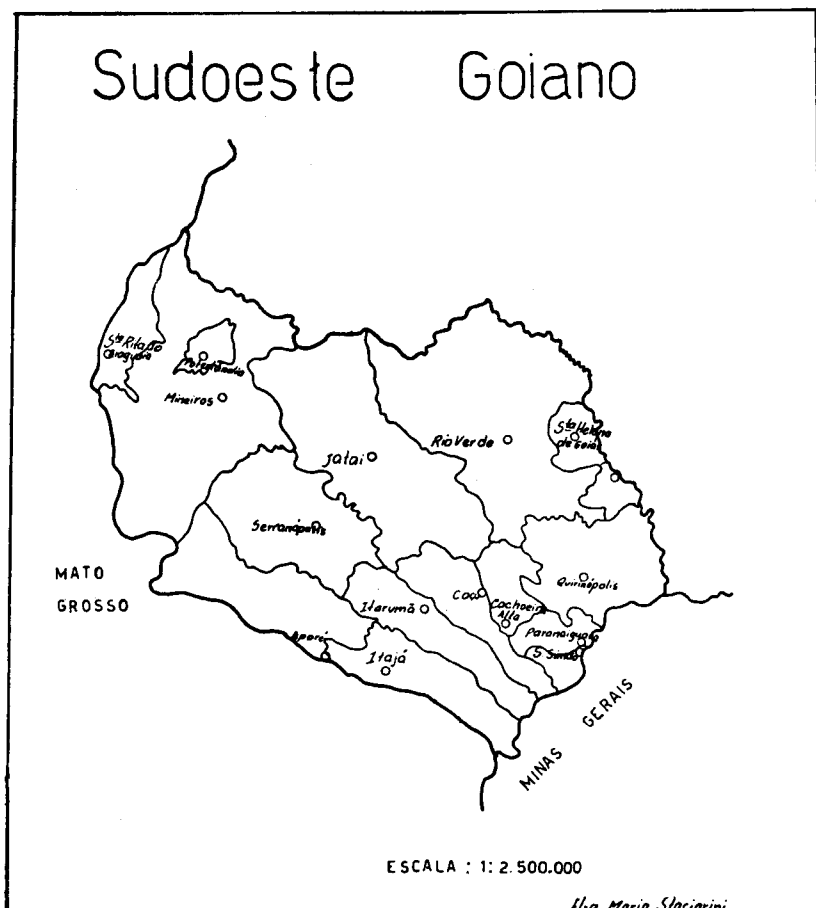
Não nos propusemos à elaboração de uma análise sociológica, tampouco econômica, mas tão somente contribuir à gênese de tais pesquisas na referida região. Se, durante o desenvolvimento do trabalho, incidirmos em alguma análise, é devido a evidência dos fatos.

A presente pesquisa levou 30 dias de duração, feita parceladamente, em julho de 1970 e 1971. Constatamos ser esta época oportuna à coleta de dados no meio rural, quando os trabalhadores

(*) — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe A, no dia 9 de setembro (*Nota da Redação*).

se encontram dispersos nas mais variadas ocupações, o que vem dificultar, sobremaneira, o contacto pessoal. Isto sem mencionarmos os vazios populacionais e os deficientes meios de comunicação e de transporte.

Outro fator de modo decisivo veio dificultar a coleta de dados, é a desconfiança demonstrada pela maioria dos entrevistados, que vêem no entrevistador um possível agente do fisco estadual ou federal, para efeito de impôsto de renda ou reforma agrária. Os contactos tornam-se, em razão disto demorados, pois, além de reclamarem habilidade e tato no contôrno da desconfiança e temor dos proprietários, ainda demanda tempo para vencer a natural inibição do trabalhador.



Usamos três modelos de formulários. Um dirigido ao proprietário, outro ao trabalhador e um terceiro aplicado aos dados gerais de cada município.

Aquêles que se negaram ao registro escrito de suas informações, foram feitas entrevistas orais, apenas.

A amostragem foi aleatória e estratificada. A área e a produtividade das propriedades estão aqui representadas ao máximo de suas variações.

O número de propriedades existentes nos municípios pesquisados, eleva-se ao total de 1.322, aproximadamente e, sua representação é de 1/20. Grande parte dos entrevistados possui várias propriedades sendo aqui representadas como uma unidade apenas. Assim sendo, a representatividade da amostra fica muito aumentada, talvez mesmo duplicada. Já a representatividade dos trabalhadores é de 130 famílias relativas aos três municípios. Todavia consideramos satisfatório o resultado, devido a homogeneidade do fator sócio-econômico e humano. Outras fontes utilizadas para a consecução de dados foram as Coletorias Estaduais, Cartórios, Agência Estatística, Fundação I.B.G.E., Agrônomos, Veterinários, pessoas ligadas à Carteira Agrícola do Banco do Brasil e Sindicato Rural.

O Centrooeste brasileiro, mais precisamente o Sudoeste goiano, embora possuindo características bastante acentuadas de subdesenvolvimento, é área de alto valor econômico pela sua produção agropastoril e suas riquezas de subsolo. À grande maioria de sua população é vítima da pobreza, da má alimentação, vivendo em péssimas condições habitacionais e sanitárias. Também o índice de analfabetismo deixa, nessa região, marcas de imenso atraso cultural.

Só aquele que vive intensamente os problemas da região, como nós vivemos, pode compreender gritantes discontinuidades na vida de sua população, e dificilmente aceitar a limitação de seu universo de aspirações, onde o conformismo, a insciência e o cepticismo, a longo prazo, vêm promovendo a esterilização de uma consciência regional e nacional.

Esperamos que o resultado desta modesta amostragem seja mais um passo à dinamização da pesquisa em Goiás, onde o campo é vasto e quase todo inédito.

* * *

II. — DADOS HISTÓRICOS.

No século XIX, na década de trinta, quando revoluções liberais intranquilizavam as províncias de Minas e São Paulo, proprietá-

rios mineiros estenderam seus domínios territoriais, apossando-se, em Goiás, de glebas que, pela largueza dos seus campos, possibilitavam a atividade agropastoril.

A decadência das Minas havia ocasionado a mudança de atividade, e a pecuária foi o elemento que mereceu, pelas condições fáceis de enriquecimento — devido ao consumo do mercado interno e externo — tôda atenção daqueles que procuravam outros meios de enriquecimento oferecido pela terra.

A ocupação humana do Sudoeste goiano nasce, pois, da última fase da expansão pecuarista que, do leste pelo São Francisco atingiu Minas, e, de seu interior pelo Paranaíba, chegou até Rio Verde e Rio Claro, em Goiás, em busca de pastagens.

Em 1836, posseiros de glebas formaram as primeiras fazendas às margens do Rio Claro, sendo seus primeiros habitantes os Vilela de Minas, e os Carvalho de São Paulo.

A 13 de maio de 1848, Francisco Vilela doava uma área à criação de uma cidade, que transformou-se na atual Jataí.

Em 1864, por resolução do Presidente da Província foi criado o distrito de Paraíso de Jataí, no município de Rio Verde.

Nova resolução Provincial, de 29 de julho de 1882, cria o município de Paraíso, passando à cidade de Jataí por lei Estadual de 31 de maio de 1895.

Durante a guerra do Paraguai, um pòsto de observação foi construído a 16 quilômetros da cidade, para não permitir a passagem de paraguaios vindos de Mato Grosso.

Rebeldes do movimento Tenentista passaram pela região em 1927, aprisionando alguns cidadãos. Esse grupo, com mais de 60 homens, chefiados por Siqueira Campos, atingiu a Bolívia. Mais tarde, retorna o líder a Jataí, em busca do impòsto de guerra que a população oferecera para que a cidade não fòsse invadida.

Jataí participou ainda da Revolução de 1930, apoiando o governo revolucionário.

Se Jataí nasceu em decorrência do Setor primário de produção, Itarumã e Itajá nasceram de um dos fatôres do Setor terciário.

Itarumã originou-se de uma doação feita a São Sebastião por uma rica fazendeira. O início de seu povoamento objetivava estabelecer unidades comerciais que viessem abastecer a região distante, e quase incomunicável com os centros comerciais.

Por volta de 1874, surgem as primeiras casas, iniciando-se o povoado de São Sebastião da Pimenta.

Em 1901, foi criado o distrito e, pela lei estadual de 21 de julho de 1953, elevado à categoria de cidade, com o nome de Itarumã. Em 1920 registraram-se 2.437 habitantes.

No distrito de Itarumã, município de Jataí, foi erigida São João, em conseqüência do loteamento de uma área, propriedade de um fazendeiro, natural de Minas Gerais. Resolveu aquêlê Senhor incrementar a população naquela zona, certo de que uma vila facilitaria o abastecimento da região que possuía difícil acesso às cidades vizinhas.

Vale salientar que era comum o trânsito de pessoas por aquela localidade em busca das águas termas da Lagoa Santa, do Aporé.

Pela lei municipal de 7 de março de 1953, foi elevada a distrito e, pela lei estadual de 14 de novembro de 1858, elevada a município, com o nome de Itajá, em homenagem a Jataí, pela inversão silábica de seu nome.

* *
*

III. — A POPULAÇÃO.

O Sudoeste tem sua paisagem humana matizada por representantes de quase todos os Estados brasileiros, no entanto, mineiros e nordestinos são os de maior incidência. E' preciso ressaltar, contudo, que, nos dez últimos anos, a migração de nordestinos, vem se intensificando.

Em Jataí, estrangeiros, principalmente sírio-libaneses, norte-americanos, espanhóis, dedicam-se ao comércio, à religião e ao ensino respectivamente.

O censo em 1920 registrou 10.010 habitantes, sendo 50 o número de estrangeiros. O geral de 1970, acusou 41.374 habitantes.

Durante a segunda metade do século XIX, era grande o número de negros, em relação a brancos, desempenhando atividades agropastoris, registrando, desta forma, a presença da instituição escrava na região.

Os escravos eram obtidos em São Paulo e Minas Gerais, de onde também provinham seus senhores.

Eram utilizados na produção agrícola e pecuária, prestando serviços ainda nas construções e lidas domésticas. A miscigenação com o branco ocorreu em larga escala, como demonstra o grande número de mulatas hoje existentes na região em apreço.

A escravidão no Sudoeste de Goiás, foi mais amena que a do Nordeste, Minas e São Paulo, devido às atividades desempenhadas pelos escravos concorrerem para uma condição mais humana de sua existência. Todavia, há registros de situações idênticas às dos negros das minas e engenhos, quando castigados. O negro levaria marca

com a primeira letra do nome do seu senhor. Outras formas de castigo eram as chicotadas em praça pública, o tronco e o chicote tocados a moinho de água. Dêstes, ainda restam vestígios nas antigas fazendas, mas os próprios donos procuram destruí-los, para se esquecerem de que seus antepassados compactuaram com a vergonhosa instituição. Segundo depoimento de filhos de escravos e a própria tradição, o número de escravos foi superior a 200.

O processo de libertação quase nada trouxe de modificações à vida do negro. Na sua quase totalidade, transformaram-se em agregados e trabalhadores de seus antigos proprietários que lhes ofereceram agregação, embora alguns senhores tenham se manifestado contra a abolição.

No campo, hoje, vivem os negros na lida da agricultura e da pecuária. Na cidade, sua posição social é a dos marginalizados, vivendo de subemprego, prestando serviços pouco remunerados, de pedreiros, carroceiros, lixeiros, vendeiros, quando não se transformam em indigentes que habitam as vilas da periferia urbana.

Dos 222 municípios goianos, Jataí é um dos poucos que apresenta população urbana superior à rural. Isto decorre, entre outras razões, da grande evasão rural que o município sofre atualmente.

Itajá e Itarumã têm sua população rural bastante superior à urbana. Devemos considerar que as sedes dêstes municípios não oferecem nenhum atrativo compensador que possa atrair o rurículo. Outrossim o mercado de trabalho é limitadíssimo pela inexistência de obras de infra-estrutura urbana, indústrias inexpressivas e um comércio pouco satisfatório.

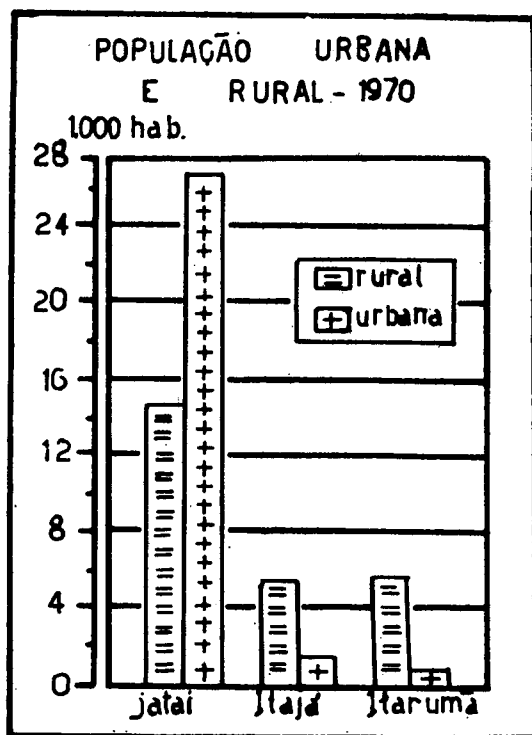
Do exposto, concluímos que a população dêstes municípios se opõem quanto à sua distribuição geográfica. O número de habitantes na zona rural de Jataí representa 46 por cento de sua população, entretanto em Itajá, 65 por cento e, em Itarumã, 70 por cento.

O quadro estatístico poderá oferecer visão mais precisa.

A população jovem é bastante elevada, refletindo, no complexo social, com sua participação mais consumidora do que produtora. O que o professor Horieste Gomes afirma em sua *Geografia Sócio-Econômica de Goiás*, sobre a população do Estado, representa objetivamente o que ocorre com a população dos municípios aqui estudados.



“Temos uma população jovem elevada, que é mais consumidora do que produtora; uma alta taxa de mulheres econômica-mente improdutoras; uma grande cota humana semi-empregada e desempregada, uma rentabilidade mínima agravada pelo crescimento demográfico bastante intenso; e um efetivo masculino deficitário em quantidade e qualidade de serviços”.



Fonte: Agência Estatística Regional - Jataí
Ely Maria Staciarini

IV. — SÓCIO-ECONOMIA DOS MUNICÍPIOS.

Situadas no Sudoeste do Estado, embora pertencendo a regiões fisiográficas diferentes, Jataí é o suporte econômico da micro-região “13”; Itajá e Itarumã, na micro-região “16”, têm Itumbiara, no extremo sul do Estado, como eixo econômico. Outrossim, as atividades destes municípios se interligam, permitindo uma amostra satisfa-

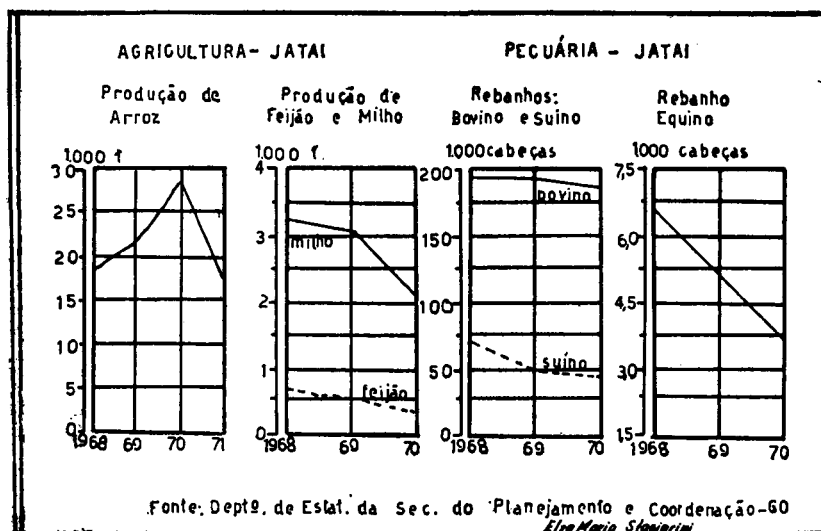
tória da realidade do Sudoeste, pela homogeneidade dos fatores geográficos, humanos e econômicos.

Têm, na criação do gado vacum e suíno, a base de sua economia. O rebanho bovino, atualmente, conta 274.000 cabeças, com predominância do gado Nelore, Gir e Indubrasil.

Jataí conta com elevada produção rizícola, havendo ainda intenso aproveitamento das madeiras de lei, principalmente peroba rosa.

O setor primário da produção apresenta-se com certo significado econômico para o Estado, não ocorrendo o mesmo com os setores secundário e terciário.

Os dados estatísticos mostram uma lenta decadência no setor primário embora tenha ocorrido uma queda brusca da rizicultura em 1971.

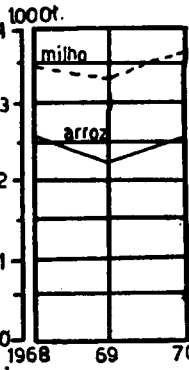


O setor comercial, pouco “movimentado”, em virtude do baixo poder aquisitivo da população, registra maior número de vendas nos estabelecimentos de produtos ligados à agropecuária. Estes produtos, procedentes de Minas Gerais e São Paulo, principalmente, chegam ao sudoeste com grande aumento do custo, devido às taxas decorrentes de fretes e impostos. A população, por sua vez, sofre as conseqüências de uma comunidade mais consumidora do que pro-

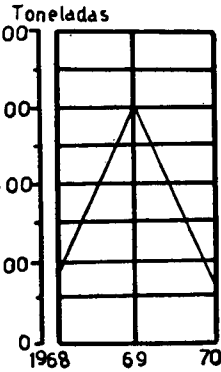
AGRICULTURA - ITARUMÃ

PECUÁRIA - ITARUMÃ

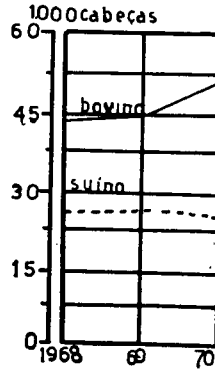
Produção de Arroz e Milho



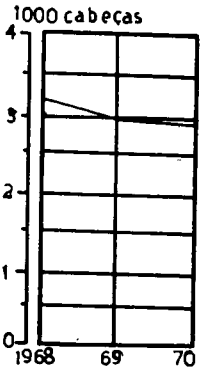
Produção de Feijão



Rebanhos: Bovino e Suíno



Rebanho Equino

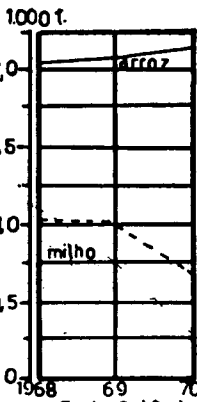


Elza Maria Stancini

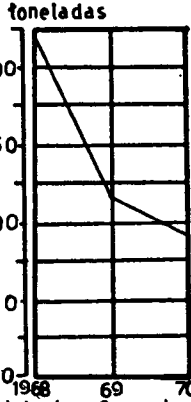
AGRICULTURA - ITAJÁ

PECÁRIA ITAJÁ

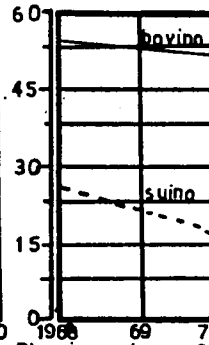
Produção de Arroz e Milho



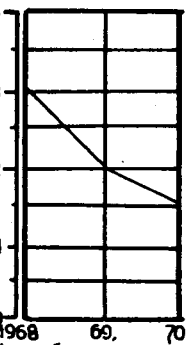
Produção de Feijão



Rebanhos: Bovino e Suíno



Rebanho Equino

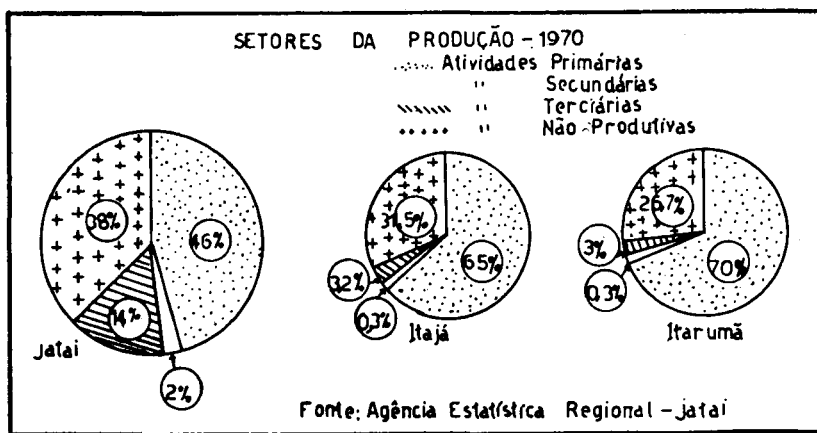


Fonte: Dptº de Estat. da Sec. do Planejamento e Coordenação - GO

Elza Maria Stancini

dutora, o que acarreta problemas tanto para a população urbana como para a rural.

No Setor industrial, predominam atividades ligadas ao beneficiamento de arroz, aproveitamento da madeira de lei e cerâmica.



Ely Maria Stociarini

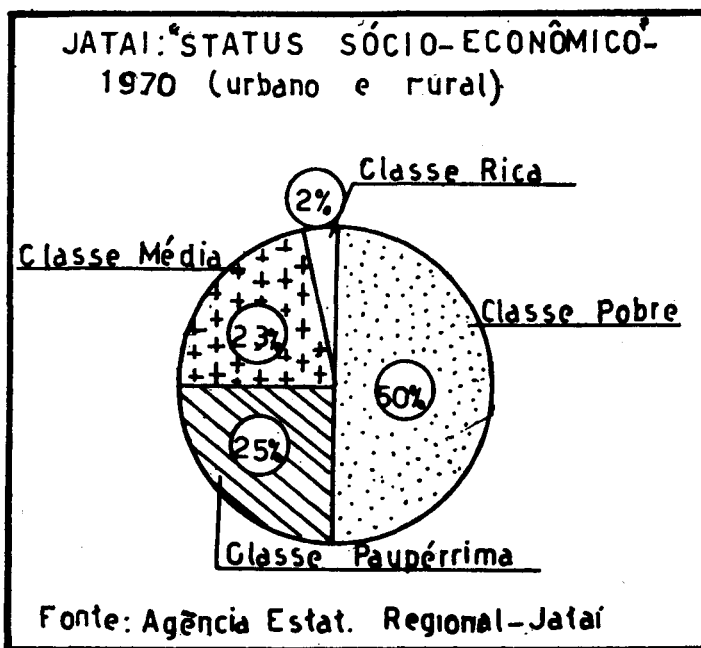
O setor de comunicação é beneficiado por transportes rodoviários que ligam, diariamente, as sedes dos municípios com todas as cidades do Sudoeste: Goiânia, Minas e Mato Grosso, pelas rodovias federais BR-60 e BR-362, além de estradas estaduais e municipais.

Jataí é ainda beneficiada pela escala da Vasp, no seu trajeto São Paulo-Cuiabá. Dispõe de rede telefônica, Departamento de Correios e Telégrafos, e receptora de televisão. Outrossim conta com a Rádio Difusora da Diocese de Jataí, com dezessete horas diárias de transmissão.

Sua economia vale-se também de cinco estabelecimentos bancários e de energia elétrica de Cachoeira Dourada.

O Sindicato Rural oferece assistência técnica aos proprietários e médico-odontológico aos trabalhadores rurais. Todavia, a sindicalização é inexpressiva, pois num município de 1.452 propriedades, apenas 130 são sindicalizadas e destas, a maioria são agricultores.

Outro órgão, digno de registro por sua atuação social, é o Instituto Espírito Santo, mantido pela Diocese do Divino Espírito Santo de Jataí, uma instituição polivalente, no sentido de promover assistência sócio-cultural, gratuitamente.



Elza Maria Stocianini

Itajá, situada a 9 quilômetros da divisa de Goiás com Mato Grosso, pelo rio Aporé, assiste, em silêncio, à evasão do seu capital para Mato Grosso, uma vez que a renda do município é depositada nos Bancos de Cassilândia e Paranaíba, inclusive a arrecadação da coletoria Estadual. Isto decorre da inexistência de agência bancária neste município.

Contam ainda os itajaenses com um hospital construído por uma associação de particulares locais, com 12 leitos, 20 cômodos, todos mobiliados e aparelhados, luz própria, faltando apenas médico para seu funcionamento. Construído há seis anos, serve hoje o hospital de depósito de arroz, café e amendoim, enquanto a população vive desassistida, buscando cuidados médicos a longa distância.

Itarumã, quase nada possui em relação a Jataí e Itajá, sua sobrevivência surpreende aqueles que a visitam.

RECEITA DAS COLETORIAS ESTADUAIS

CIDADES	1969-Cr\$	1970-Cr\$	1971-Cr\$ (até julho)
JATAÍ	1.889.776,66	3.172.345,20	—
ITAJÁ	641.605,96	1.290.923,00	999.614,69
ITARUMÃ	282.143,66	728.666,29	—

Fonte: Secretaria da Fazenda, Inspetoria Geral de Finanças.

* *
*

V. — NÍVEL DE VIDA DA POPULAÇÃO RURAL.

Alimentação, saúde, habitação, bens primários à existência humana, são calamidades, cuja situação precária, leva o homem a uma condição sub-humana.

Quanto à alimentação, o baixo nível cultural do homem do campo deixa-o alheio ao valor nutritivo dos alimentos que pode ou consegue produzir. E' vedada à grande parte dos trabalhadores, a cultura hortigrangeira e, quando lhe é permitida, o sistema "à meia" faz desaparecer a incentivo, por se tornar aquela gente vítima de grande exploração. Muitos por êste motivo, também por ignorância ou descrença, alimentam-se exclusivamente com arroz e feijão.

À grande maioria do homem do campo mesmo, vivendo na propriedade pecuarista, é negado o próprio leite, para não prejudicar a engorda dos bezerras, promovendo assim a nutrição das crias e a subnutrição do homem.

O consumo de carne é raro em sua alimentação diária; se existe, é de suíno, caça e, dificilmente, a bovina.

Um gênero pelo qual os moradores distantes das cidades e povoados lutam com grande dificuldade para obter, é a gordura para cozer os alimentos. Além de significar alto custo, relativo à renda parca do trabalhador, aquele que a produz, geralmente não pode cedê-la, pois vive também da produção de subsistência. O sistema de troca de espécies é comum, em decorrência do salário de muitos ser pago anualmente, diminuindo assim a circulação em dinheiro. A produção, numa média de 50 a 30 por cento é absorvida pelo dono da terra.

Elevado número de camponeses tem, como nível máximo de suas aspirações, o cultivo de uma roça, só para si. Isto representaria, para êles, grande evolução de seu modo de vida.

Há um comportamento agressivo por parte daqueles que contam com condições de melhorar sua fonte de nutrição. Não formam pomares, e nem cultivam o terreno que circunda sua morada, em represália a atitude de patrões que vêem nêles um perigo diante dos direitos que adquirem como posseiros, pois quanto maior fôr o melhoramento realizado, contribuindo para um relativo confôrto do agregado, maior será a possibilidade de demorar-se no local. Por outro lado, desenvolvendo a morada, deixará, para o patrão, benefícios de que pouco desfrutou, pois sabe que não lhe será permitido permanecer por muito tempo numa mesma propriedade, para impedir-lhe direitos que lhe assegura a Legislação Agrária. Para provar o que acabamos de expor, dos entrevistados durante o nosso trabalho, apenas 5 por cento habitam há mais de dez anos no mesmo local, embora outros fatôres concorram também para o nomadismo.

Embora grandes dificuldades existam quanto à alimentação e ignorância quanto ao valor nutritivo de certos alimentos, é justo afirmar que a fome inexistente no meio rural. É comum alimentar-se a gente do campo três vêzes ao dia, com arroz e feijão apenas.

Solicitados a dizer o que consideravam mais importante na vida, 91 por cento afirmaram ser o que êles chamam de “o sustento”, manifestando o desejo de melhorar a alimentação da família, responsável pela força no trabalho.

Saúde é outro valor do bem-estar-social, que se encontra desassistido no meio rural. Aquêles que têm condições de ir à cidade, à procura de médico e farmácia, vêem as suas economias, adquiridas com sacrifício, em um ano de trabalho pesado, esvair-se em poucas horas. Isto quando não adquirem novos débitos.

Grande soma da população rural vive da medicina caseira, consumindo os “chás” de raízes e plantas medicinais, algumas caseiras, ou lançando mão do curandeirismo e benzeções. As mulheres, em péssimas condições higiênicas, dão à luz sob cuidados de parteiras, com alguma experiência, mas completamente ignorantes. E, por isso mesmo, não são raros os casos registrados de mortalidade infantil, motivadas pelas mãos “curiosas” dessas incipientes senhoras. A natureza é o médico desta pobre gente, com quem o tempo contribui, a longo ou a curto prazo, na cura de suas doenças.

Os males que incidem comumente nesta área, têm sido a verminose, o amarelão, desmaio cuja origem ignoram, maleita, reumatismo, tonteiras, febres e as doenças endêmicas comuns, como o sarampo e a coqueluche.

Para o homem do campo, sua maior satisfação está na saúde da família e se confessa profundamente amargurado com a falta de assistência médico-odontológica a que vive sujeito. Esvravo da po-

breza e miséria, vê-se obrigado a trabalhar desnutrido e, muitas vezes, doente.

A ajuda de patrões, em caso de doença, constitui exceção, mas, mesmo assim, dignos de louvor, foram registrados casos.

A Diocese de Jataí desenvolve um eficaz trabalho de assistência social à comunidade, que tem contribuído como lenitivo aos problemas de saúde.

As condições habitacionais do homem do campo, na região em estudo, não sofreu mudança alguma desde a ocupação humana da carta geográfica do Sudoeste. Ainda se pode constatar que 98 por cento da população rural vive na casa do proprietário. De chão batido, aterrado de cupim, parede de pau-a-pique barreada, coberta de folhas de buriti ou sapé. As folhas de cobertura são, às vezes, costuradas com embira, de modo particular, com enormes agulhas de pau, que têm o comprimento correspondente a altura das casas.

Serve-se a gente do campo, da água dos córregos ou regos abertos em valas no chão. Na época do frio, que penetra inclemente por entre as frestas da parede, o trabalhador não conta com outros meios para vencê-lo a não ser pelo trabalho pesado, ou “o rabo das fornalhas”, próximo ao fogo, até que a natureza lhe ofereça o calor natural do sol.

A monotonia é parceira inseparável do homem que habita o campo. Nos dias santos, êle descansa em casa, ou trabalha em serviços do terreiro e, às vezes, na própria roça, quando em época de colheita e de plantio.

A recreação é feita ouvindo rádio, à pilha, quando o possuem, preferindo os programas sertanejos e o futebol.

Reclamam pelas festas de eleição política que estão desaparecendo; eram elas responsáveis pelo seu contacto com a sociedade urbana, quando se viam beneficiados pelos candidatos que os alimentavam, ou lhes presenteavam com roupas e calçados, oferecendo-lhes ainda local de diversões à noite, em favor de seu voto.

Também sentem pesar pelo quase total desaparecimento dos “mutirões” e “traições”, que proporcionavam, no meio rural, o contacto entre trabalhadores de várias propriedades. Estes trabalhadores vinham auxiliar, num mesmo dia, geralmente dia santo e domingos, o fazendeiro que necessitasse, com urgência, de uma derrubada, ou de roçar um pasto. Esta prestação de serviço era gratuita, porém o fazendeiro, além de oferecer alimentação farta e especial, fazia realizar, à noite, um “pagode”, com o concurso de sanfoneiros e violeiros que alegravam a noite sertaneja, enquanto a gente se divertia feliz.

Atualmente, a exposição agropecuária transformou-se num elemento recreativo para o homem do campo, que vê, com grande satisfação, exhibir-se ao público o que há de melhor em seu trabalho.

* *
*

IV. — EDUCAÇÃO.

Uma minoria consciente da comunidade jataiense, profundamente preocupada com o crescente número de evasão escolar, resolveu fazer um levantamento sócio-econômico-educacional, chegando a importantes conclusões em 1970.

- o currículo acadêmico atual não proporciona colocação no mercado de trabalho;
- cerca de 95 por cento dos estudantes, concluído o ginásio, permanecem empregados no comércio e na indústria;
- outros vão-se integrar na vida rural sem nenhum preparo, mesmo rudimentar, para qualquer função.

Este levantamento foi feito apenas em relação aos rapazes, pois as moças têm possibilidades de concluir o curso Normal e adquirir colocação como professoras primárias e secundárias.

O Ensino Médio, em Jataí, conta com três estabelecimentos. A população em idade escolar eleva-se a 15.000.

O Estado mantém 20 grupos e a Prefeitura 60, por todo o município, além de 6 particulares.

Os colégios possuem requisitos que possibilitarão cursos polivalentes, preparando o estudante para o mercado de trabalho regional. Uma comissão visitou, em Brasília, o Ministro da Educação para alcançar tal objetivo. Há uma área doada por um proprietário, que entendendo o problema do ruralista e a demanda do mercado de trabalho, esperava fôsse ali construída uma escola técnica agropastoril. Esta escola, a ser edificada em área localizada em uma excelente posição, está sendo pleiteada pelo doador, visto o silêncio das autoridades.

A própria posição geográfica de Jataí, justifica mudança em seu ensino. Possui ligação direta por rodovias com tôdas as cidades do sudoeste e outras várias de Mato Grosso. Aliás, nas décadas de 1940 e 1950, foi centro cultural de tôda a região.

Itarumã e Itajá possuem condições críticas no que se refere ao ensino. A segunda tem uma rede escolar um pouco mais satisfatória que a primeira, pois conta com um ginásio noturno particular com

89 alunos, 22 escolas primárias, com total de 911 alunos. Todavia, a população em idade escolar eleva-se a 3.000.

Em Itarumã, há apenas 2 grupos Estaduais, com reduzido corpo de professores e alunos. Os professores ali são todos leigos, com nível primário incompleto.

As condições físicas das escolas primárias nestes municípios são calamitosas. A maioria é de chão, pau-a-pique e cobertura de capim, com mesas de madeira tosca. Porém o interesse da população é imenso em manter os filhos na escola.

Para o homem do campo, a educação apresenta-se como redenção para todos seus males. Não há sacrifícios a medir, quando se trata de ver seus filhos estudando. Dos entrevistados, 98 por cento afirmaram que o estudo dos filhos é o que consideram mais importante na vida, e entre seus deveres, o primeiro é proporcionar estudo à família.

Estas afirmações crescem de valor, quando salientamos que procedem de uma soma composta de 98 por cento de analfabetos.

O rurícula acredita que seu atraso educacional é responsável, em grande parte, pela miséria, exploração e humilhação a que vive sujeito. Solicitam escolar e programas radiofônicos que os esclareçam nas lidas rurais.

Os proprietários que comungam esta afirmação, acreditam que seria ainda um meio de integrar o homem do campo, e de melhorar a qualidade de sua mão-de-obra.

Segundo o professor Horieste Gomes, em Goiás,

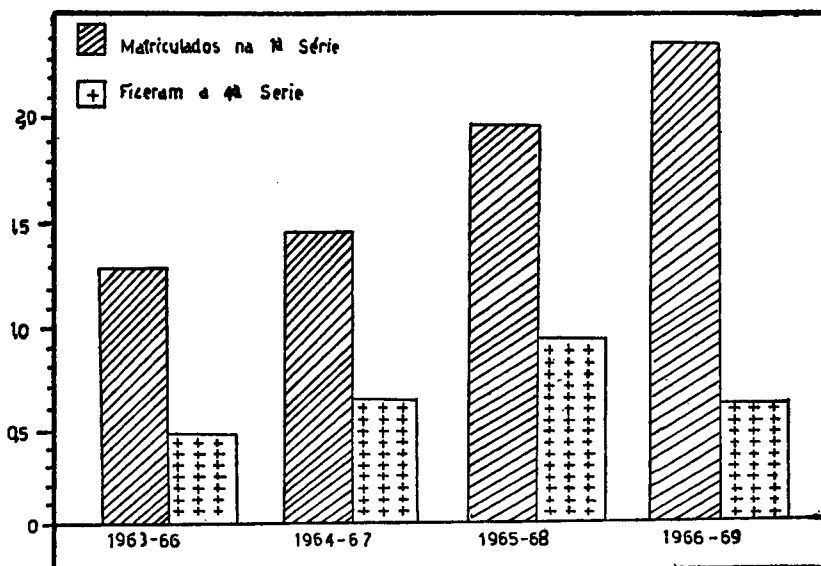
“há um índice bastante elevado de jovens com necessidades sociais básicas prementes, que desejam desenvolver-se e atingir a maturidade necessária para atuar como força economicamente ativa”.

“A grande maioria mal se sustenta, embora lute para galgar em equilíbrio econômico que lhe possibilitará crescer culturalmente”.

Esta afirmativa representa o quadro sócio-cultural do Sudoeste na sua totalidade.

*
* *
*

COLÉGIO ESTADUAL "NESTÓRIO RIBEIRO"
ALUNOS MATRICULADOS NA PRIMEIRA SÉRIE E QUE FIZERAM A 4ª SÉRIE



Élza Maria Stacianini

VII. — MODO DE PRODUÇÃO E PROBLEMAS AGRÁRIOS.

Não é nossa intenção abordar, em detalhes, os fatores estruturais dos problemas agrários dos municípios aqui estudados. Limitar-nos-emos a nos referir a alguns fatores conjunturais, que de um modo ou de outro, vão provocar os problemas básicos do trabalhador.

Hoje, quem visita as unidades produtoras do meio rural no sudoeste, encontra pouca variação das descrições do nordeste brasileiro, no seu modo de produção, do período colonial. Inexiste apenas a instituição escrava, mas em considerável número de propriedades, tanto a agricultura de subsistência como a de excedentes, contam com os mesmos instrumentos tradicionais e pouco produtivos de outrora.

A derrubada, a "coivara" antecedente ao plantio, a semeadura e a colheita manual, o agricultor sujeito às intempéries climáticas, tudo isto lembra o Brasil no início de ocupação humana do século XVI.

A ausência de técnica leva o agricultor a situações tão desesperadoras, ao ponto de solicitar a benção e a levar a efeito as mais extravagantes promessas, numa última tentativa de salvar sua produ-

ção. As modificações introduzidas na pecuária, foram as cercas de arame farpado, que vieram substituir as valas rasgadas no chão, pelos escravos, que serviam nas divisões limítrofes das fazendas e na separação dos rebanhos.

Perduram ainda as velhas restrições, os métodos antiquados, sob pretexto de que são mais seguros e mais econômicos, mais acertados, pois seus progenitores assim já procediam e nunca se pôde provar que estavam errados.

A técnica rudimentar e predatória dos solos fêz, de áreas produtoras, terrenos estéreis, necessitando hoje de grande quantidade de fertilizantes e adubos para sua utilização.

O proprietário rural vive, atualmente, dias tensos diante dos problemas de economia rural. A demanda do capital, a crise da mão-de-obra, difícil acesso à implantação da técnica e o baixo nível de rentabilidade são aqueles que mais diretamente lhe afetam.

O capital caro leva o pequeno produtor a analisar seus problemas ceticamente, antevendo seu desaparecimento. Para êle o Banco é o seu liquidante. Os motivos que o levam a tais conclusões, objetivam-se na política dos financiamentos que dêle faz um eterno compromissado com o Banco, na atual conjuntura da produção agropastoril. E' êle quem afirma:

“somos vítima da falta de assistência técnico-financeira dos órgãos copetentes que não garantem preço mínimo para nossos produtos, como se já não bastasse enfrentarmos a natureza como adversária, vivendo na dependência do equilíbrio da chuva e do sol”.

Ainda há o custo de mecanização, sem falar nos fertilizantes de elevado preço, que o cansaço da terra e sua acidez exigem.

A política financeira do Brasil é responsável pela transformação das propriedades agrícola se pastoris, quebrando o ritmo normal de sua evolução, como unidade produtora. A agricultura antecede a pecuária. Como não há limite para o financiamento agrícola, e sim, para a pecuária, o proprietário vê, na agricultura, um meio para transformar-se em pecuarista, procedendo da seguinte maneira:

- adquire o capital no Banco;
- aplica-o na produção agrícola;
- produz arroz, milho, feijão e outros;
- transforma a roça em pasto.

Todavia isto só ocorre, quando é bem sucedido na produção, podendo comprar com o lucro, o gado.

Do contrário, vê-se devido a novos débitos, obrigado a novo financiamento, quando não se vê na contingência de vender sua propriedade àquêles que vivem à espera deste modo de falência. Ademais, há financiamentos que vencem em determinadas épocas, quando os produtos não atingiram bom preço ainda, levando o fazendeiro ao desespero, uma vez que o lucro não cobrirá as despesas.

Há uma afirmação invariável a cercar o proprietário:

“O capital nunca esteve tão caro”.

Os impostos, os financiamentos que estão submetidos, são verdadeiros sorvedoures de suas riquezas, e os principais responsáveis pelo desinteresse à agricultura, levando-o a interessar-se pela pecuária.

DEMONSTRAÇÃO SUMÁRIA DAS DESPESAS E RECEITAS

PRODUÇÃO DE ARROZ		CRIAÇÃO DE GADO	
Atividade-Produto	Julho de 1970 Preço ou Gasto Cr\$	Animal	Julho de 1971 Preço Cr\$
01. Preparo de 1 alqueire de chão até o plantio.	1.000 a 1.800	1. Bezerro de 1 ano	300 a 350
02. Sacos de 60 kg. por alqueire.	100 a 250	2. Bezerro criado com 2 anos	480 a 500
03. Saco de 60 kg. incluindo os gastos.	16 a 18	3. Novilho invinado	600 a 700
04. Preço por saco, pago pelo comprador —	20		

A agricultura, se bem sucedida, produz riqueza a curto prazo, enquanto que a pecuária produz a longo prazo. Contudo é menos seguro e mais oneroso o enriquecimento gerado pela agricultura do que o gerado pela pecuária. Esta oportunidade de enriquecimento em menor espaço de tempo é que ainda faz, de rurícolas, insistentes agricultores.

Segundo informação de representante da Carteira Agrícola do Banco do Brasil de Jataí, houve um decréscimo na procura de financiamento, em virtude da alta produção do arroz em 1970, pois, quando a produção se eleva, baixa a procura de capital em banco e, quando a produção cai, ocorre o inverso: as propostas de financiamento aumentam, excitados pelo alto valor que o produto sofreu.

Em 1969, foram financiados 5.000 alqueires de terra.
Em 1970, foram financiados 4.500 alqueires de terra.
Em 1970, o município produziu 450.000 sacos de arroz.
Em 1971, o município produziu 270.000 sacos de arroz.
Estes dados comprovam o que afirmamos acima.

Ocorre, atualmente, uma dinâmica propagante à diversificação da agricultura, contra a monocultura do arroz. Esta propaganda é encetada pelo Sindicato Rural, Banco do Brasil e Prefeitura que vêem, na pluricultura, grande benefício à economia regional, principalmente no aumento de seu capital circulante, decrescido nos últimos anos.

As razões da descapitalização da região tem origem:

- na monocultura que não cria novos mercados e capitais;
- na destruição do plantel em tenra idade;
- no investimento de capital na bolsa de valores, retirando, da região, capital de fazendeiros, e da classe média.

O pecuarista tem, no meio físico e geográfico, um aliado de sua atividade, porquanto a hidrografia favorece as pastagens, promovendo a pecuária extensiva, além do latifundismo que também a promove.

Já o agricultor tem, na acidez do solo, um de seus grandes problemas. Só se utiliza dos fertilizantes uma pequena porcentagem, pois a maioria percebe que a sua utilização encarece o produto da lavoura, havendo portanto uma conseqüente diminuição de margem de lucro. Soma-se a isto, ainda, o receio de investimento de capital numa agricultura sem garantia.

Os agricultores são, em grande parte, arrendatários, ao passo que os proprietários procuram realizar-se na pecuária, onde o lucro é maior e menor a exigência quantitativa de mão-de-obra. Ademais contam com uma produção garantida, já que, de agosto a dezembro, começam a realizar-se as compras das crias que ainda vão nascer em maio do próximo ano.

A pecuária bovina estabelece três níveis de produtores: o criador, aquele que possui as matrizes; o recriador, aquele que compra os bezerras e os vende ao invernista, que dá a última assistência ao rebanho, até exportá-lo ao corte.

A mão-de-obra é outro problema que afeta tanto ao pequeno como ao grande produtor agrícola. A agricultura, não mecanizada, consome e mantém extensa mão-de-obra que se torna, cada vez mais cara, por ser desqualificada, sem a menor possibilidade de elevar o nível da produção. Os serviços prestados fundamentam-se nos padrões tradicionais, sem a menor racionalização, pois o nível cultural dos trabalhadores, analfabetos na sua quase totalidade, dificulta, também, a aplicabilidade tecnológica.

Preocupado em aumentar o lucro, reduzindo a mão-de-obra — o que implica, por sua vez, na queda da produção e conseqüentemente do lucro e do mercado de trabalho — o fazendeiro prefere ser vítima da mentalidade conservadora, que lhe dá mais segurança, a partilhar dos benefícios da tecnologia que lhe trazem instabilidade econômica, pela aquisição de máquinas.

Há uma denúncia em torno da grande disparidade entre o lucro obtido pelo produtor, na venda de seus produtos, e os gastos pela compra daquilo que necessita para produzir. Mesmo para aqueles menos conscientes, hoje, quem se beneficia da produção, é o industrial.

O baixo nível educacional do rurícola e a ausência de um espírito comunitário fazem agravar os problemas já enumerados, preferem o descanso, a tranquilidade, a comparecer a reuniões cujo objetivo é a reflexão das dificuldades da classe. Delegam, a uma minoria, o poder de solucionar.

O baixo nível educacional tem se responsabilizado também pelo amortecimento da divulgação tanto agrotécnica, como zootécnica. É recente o crédito depositado nos agrônomos e veterinários. Este critério, por sua vez, só veio através do exemplo dado por uma minoria insignificante que possui técnicos dentro da própria família, ou os contrata.

Sabemos que estes problemas, que afetam a classe ruralista de Jataí, são os mesmos em todo o Estado, quiçá, no Brasil. Em Itajá e Itarumã, entretanto, são menos acentuados, pelo simples fato da atividade econômica deste município ser eminentemente pecuarista.

* *
*

VIII. — TRABALHADOR AGRÁRIO.

A miserabilidade do trabalhador rural ficou demonstrada, quando abordamos seu nível de vida. Aqui falaremos apenas das diversas atividades que desempenha e a diversificação de salário na área de produção.

O trabalhador agrícola é um servo da agricultura. Curvado à terra de sol-a-sol, vítima de exploração ordinária, não vê boas perspectivas para seu futuro. Para êle, é o destino o elemento responsável por sua sorte, obstruindo qualquer mudança que lhe venha beneficiar.

Dos entrevistados, 80 por cento gostaria de deixar a agricultura e só não o faz pela inexistência de oportunidade que o encaminha pa-

ra uma atividade lucrativa. Os outros 20 por cento sente que é impossível mudar de função, pois plantar e colher é a única coisa que aprendeu a fazer na vida. É bem hereditário.

O agregado, o empreiteiro, o meeiro, e o diarista são as diferentes modalidades do trabalhador agrícola nesta região..

O agregado, como o próprio nome indica, recebe agregação na propriedade e terra para cultivar. Pegando, com 50 por cento, o direito de cultivá-la. O excedente de seu consumo familiar é vendido ao patrão ou àquêle que apareça na porta. Julga-se, por isto sempre prejudicado por se submeter ao preço do patrão ou daquele que lhe vai procurar à porta. Acaba sempre por ceder à oferta, em virtude da falta de transporte que leve o seu produto a uma praça de melhor proposta.

O agregado ainda trabalha como empreiteiro ou diarista. Embora fôsse um elemento comum no Sudoeste, hoje está desaparecendo por várias razões. Aliás, o próprio Estatuto da Terra é omissivo à sua presença na agricultura brasileira. O empreiteiro faz contrato verbal antes de iniciar a prestação do serviço; a combinação do preço é produto das propostas entre êle e o empregador. A combinação varia, de acôrdo com o serviço e o município.

Há grande preferência em contratar serviços por empreita, isto porque os trabalhadores são escolhidos na cidade, geralmente são nordestinos sem família, sendo, por conseguinte, menor a despesa do empregador e, terminada a empreitada, são devolvidos às pensões de bairros e vilas. As épocas em que ocorrem maior contratação por empreita, é no plantio e na safra.

Um nôvo tipo de exploração está surgindo pelo empreito. Um elemento, que conta com um certo grupo de trabalhadores, combina com o proprietário o serviço. Após a conclusão dêsse, o indivíduo paga, a cada um, uma quantia miserável reservando, para si, lucro maior. Isto decorre da falta de emprêgo na cidade e também porque, no campo, não se ocupa mão-de-obra permanente.

O diarista recebe uma diária que varia de Cr\$ 2,40 a 5,00 (1970) livre de despesas alimentares. Segundo os proprietários, pagar diária é prejuízo, pois o trabalhador produz morosamente, para ganhar o maior número de dias possível, acarretando, com isto, mais gasto na sua manutenção alimentar.

Existem ainda outros préstimos de serviços, no meio rural, como o carpinteiro que se ocupa da construção de porteiras e carros de boi. As cercas de arame exigem mão-de-obra bem qualificada, o número e qualidade de postes é que vão determinar seu preço. O carreiro, é morador fixo da propriedade, sua função consiste no transporte dos produtos da roça para a sede da fazenda. Recebe salário mensal.. O

tratorista é, atualmente, o trabalhador melhor remunerado do campo, seu salário varia entre Cr\$ 200,00 e 400,00, não havendo limite por horas de trabalho.

As relações sociais na agricultura, entre os trabalhadores, são comunitárias. Estão sempre um a servir o outro, quanto possível, no sistema de “ganhar dias”. Consiste em servir àquele que solicita uma prestação de serviço, na dependência de ser atendido quando solicitar. Estão ligados a um sistema do compadrismo, extensivo a alguns padrões. Os padrinhos presenteiam os afilhados às vezes até com uma cria. Constitui fato de grande prazer receber em casa os compadres ou ser recebido por aqueles.

Atualmente, todo agricultor que recebe terras para cultivar, no espaço de dois anos deve transformá-las em pasto. Este processo dinamizou-se com a transferência das plantações de café em pastos. A política do I.B.C., através do Banco do Brasil, em cobrir os prejuízos na destruição dos cafêzais, foi grande responsável também pela ascensão da pecuária.

Ao contrário da agricultura, o trabalhador da pecuária goza de maior liberdade, e seu *status* é relativamente mais elevado, embora corra risco de vida, no atendimento ao rebanho, sua atividade é mais compensadora, decorrente de ganhos além do salário. Alguns recebem uma certa importância por unidade de cria que nasce, outros percebem uma percentagem quando o rebanho é vendido. Estes benefícios, que levaram grande número de homens à procura de emprêgo na pecuária, estão desaparecendo e vários contratos verbais nestes termos, só realizam com o pagamento mensal em dinheiro.

A pecuária emprega aquele que tem prática e coragem; o serviço requer agilidade em montaria e inteligência. A agricultura emprega qualquer um, necessitando apenas de certa fôrça e resistência física, pois o serviço independe da racionalidade. Esta seleção ao emprêgo da pecuária está ligado ao valor do elemento assistido. Na época da cria, o trabalho é grande, a exigir muita perspicácia. Ao menor descuido, à menor falha do vaqueiro, perde-se a cria. A este trabalhador é transmitida tôda a responsabilidade sôbre o rebanho o pecuarista limita-se a visitar sua propriedade nos fins de semana, residindo na cidade e cuidando de outros interêsses. Durante a época da cria, não há limite para horas de serviço.

Há duas atividades operosas, atinentes a pecuária: o vaqueiro e o retireiro.

O vaqueiro cuida do gado da porta, fechado em currais. Fica ainda sob seus cuidados a reconstrução de cercas e currais, tudo que estiver diretamente relacionado ao gado leiteiro.

O retireiro habita em retiro, daí o seu nome, e presta serviços de atendimento ao gado sôlto nos campos de recria e invernadas. Alguns pecuaristas têm um capataz, responsável pela administração da propriedade pecuarista.

Quando o rebanho é pequeno, o vaqueiro cuida simultâneamente do gado sôlto e do curraleiro.

Inconsciente das estruturas e conjunturas responsáveis pelo seu nível de vida, a quase totalidade dos trabalhadores rurais considera a falta de instrução o fato responsável por seu estado de miséria e servidão humana. Acredita que na cidade há condições de pleitear um melhor nível de vida, pelas notícias que têm das greves, pois, no meio rural, aquêle que pleiteia, além do que lhe é oferecido, fica marcado pelo padrão.

Verificamos que os trabalhadores de outros Estados, como os nordestinos e paulistas, têm um nível de consciência de seus problemas superiores aos dos trabalhadores sudoestinos, pois, enquanto aquêles citam autoridades e órgãos administrativos responsáveis pela melhoria da região, êstes colocam seus destinos nas mãos de Deus.

*
* *
*

IX. — CONCLUSÃO.

Crédito especioso, ausência de política de preços, processo educacional dicotêmico da realidade da vida rural, aquisição de adubos por preços elevados, difícil acesso à mecanização e a atual condição do fator humano são os responsáveis pelos problemas crucientes que desafiam a Sócio-Economia rural do Sudoeste goiano. Nesta síntese, tentamos estruturar os elementos que afetam a comunidade rural. Acreditamos que qualquer reforma a se introduzir nesta área, deva iniciar-se pelo homem, uma vez que a base da produção está em quem vai operá-la.

A condição física da maioria dos trabalhadores rurais apresentam-se extremamente precária, alterando o nível da produtividade da terra, que ordinariamente é muito baixa.

Por outro lado, a mecanização da agricultura, embora em estágio inicial e as Leis trabalhistas, têm alterado as relações sociais na área de produção, sendo esta as principais responsáveis pela evasão rural. O adensamento da população urbana nasce de inúmeras causas. Todavia, vamos tratar, aqui, daquelas que, nas duas últimas décadas, concorreram para alterar as propriedades na sua composição demográfica. A primeira alteração verifica-se no desaparecimento do agre-

gado, outrora parte integrante das propriedades. Sem dúvida, seu desaparecimento, como afirmam, decorre da procura de um melhor nível de vida para os filhos, buscando escolas. E' constante a sua preocupação com a educação dos filhos. Só o estudo poderá redimi-los, por isso êle representa o grau máximo de suas aspirações.

Outro fator que lança fora das propriedades o trabalhador rural, principalmente o agregado, são as leis trabalhistas. Estas, desde a década de trinta, vêm amedrontando os proprietários e, ultimamente, também o Estatuto da Terra, pelos direitos adquiridos pelo indivíduo, após dez anos de residência em um local. Aí está a questão já levantada anteriormente, quando falamos da preferência sobre trabalhadores, empreiteiros e diaristas, contratados na cidade.

As matas diminuíram-se pela derrubada e exploração da madeira. As que restam, interessa ao fazendeiro mantê-las de pé. A derrubada era outra atividade que ocupava grande número de trabalhadores.

A mecanização da agricultura tem desocupado a mão-de-obra, reduzindo o mercado de trabalho. A modernização da técnica produtora acha-se divorciada do contexto social. O interesse em aumentar o lucro pela redução da mão-de-obra, eleva a baixa produtividade e, conseqüentemente, o menor lucro bem como a obstrução do mercado de trabalho.

A agrotécnica e a zootécnica encontram terreno estéril onde o trabalhador e grande parte dos proprietários não lhes dão o justo valor.

Hoje a meta do minifundista e latifundista é a pecuária. Ademais, a transformação de uma roça em pastagem requer reduzido número de elemento humano, uma vez que a primeira etapa, que é a da agricultura, já foi cumprida.

Ainda temos que levar em conta a atração exercida pela cidade sobre o homem do campo diante da possibilidade de colocar todos os filhos na escola, ainda com o comércio a oferecer-lhe tudo de que necessita. Acalanta-o a ilusão de obter um lote, ser dono da própria terra em que vive e de morar, pela vez primeira, em uma casa própria.

Desconhece a demanda de mão-de-obra na cidade. Deixar a agricultura para êle é uma liberação e, trabalhar na prefeitura, a elevação de seu *status*. Na cidade terá médico, farmácia, dentista, grande variedade de alimento e ainda recreação.

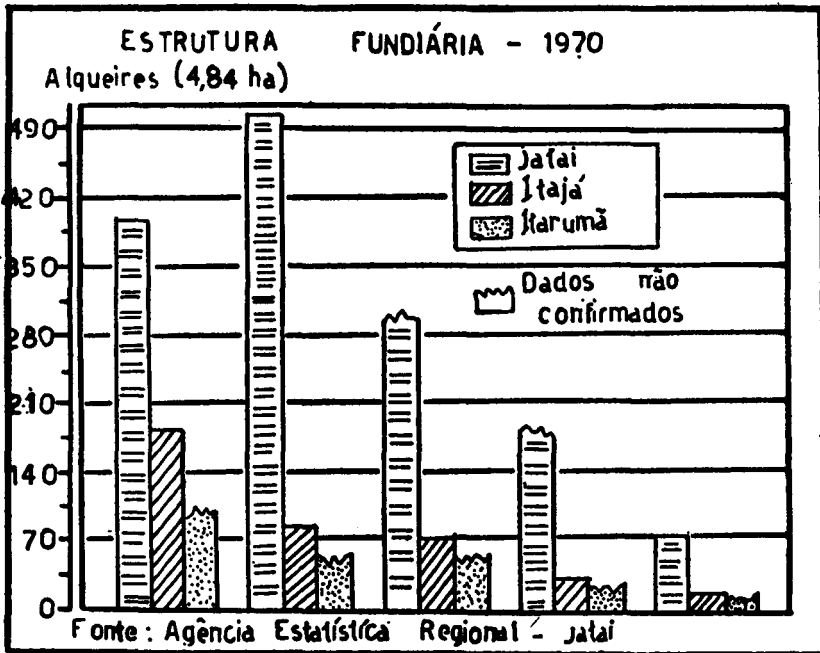
Existe, todavia, uma porcentagem que não sente nenhuma atração pela urbe; ao contrário, o fato de comprar água e lenha deixa-o amedrontado.

O desencanto, para os que trocam o campo pela cidade, inicia-se quando se acabam os alimentos que trouxeram do campo e sentem

necessidade de comprar outros. O desemprego e sua habitação não nas mesmas condições de antes só aumentaram a sua angústia. Transferem-se de marginalizados rurais para urbanos. Como se tudo isso não bastasse, perdem a concorrência de mão-de-obra para o trabalhador urbano, mais prático nos serviços. Alguns chegam a pedreiros, lixeiros, como diaristas da prefeitura, outros descem ao nível da mendicância. Habitam na periferia urbana e vilas paupérrimas. Aquêles que tentam um retorno às fazendas, não conseguem, devido à prole numerosa.

As mulheres e filhas transformam-se em empregadas domésticas; muitas se constituem mães solteiras ou se prostituem.

Ocorre uma mudança também na estrutura fundiária. Os latifúndios estão desagregando em decorrência dos testamentos familiares, *causa mortis*.



Elza Maria Stacionini

Nos municípios estão surgindo povoados, vilas, às margens das rodovias, onde se aglomeram famílias em busca de morada fixa. Estes povoados agregam grande miséria. Desabitados nos dias úteis da semana, nos domingos recebem de volta os chefes de famílias e os filhos mais velhos que se dedicam à agricultura nas fazendas vizinhas.

Em Jataí, no município, encontram-se vários desses povoados: Perolândia, que surgiu em decorrência da atividade extrativa da peroba rosa; Navislândia, iniciada pelos irmãos Naves, fazendeiros do local; Estância, a mais pobre de tôdas, fundada para agregar todos os vaqueiros do município; Aparecida do Rio Doce, povoado recente com tendência a desenvolver-se.

No município de Itajá, fica o povoado da Lagoa do Rio Aporé, ponto turístico, devido a suas águas termais e “milagrosas”, para onde se dirige, em julho grande número de turistas, de vários Estados brasileiros.

Concluindo o nosso trabalho, desejamos deixar bem claro: longe de nós, o intuito de dramatizar a situação do trabalhador rural no sudoeste goiano. O que aqui apresentamos, é a verdade colhida *in loco*. Sabemos que, para muitos, não constitui novidade o que levantamos, por tratar-se de uma situação comum a qualquer área subdesenvolvida do globo.

Esta região, porém, que atingiu sua evolução econômica por meio de um processo acéfalo ao desenvolvimento social, espera que geógrafos, economistas, sociólogos e cientistas políticos venham analisar, num futuro bem próximo, os fatores estruturais e conjunturais da realidade aqui apresentada superficial, mas objetivamente.